

# Reforma da estrutura fundiária e migração na China

Paula Nabuco

Sessões Ordinárias

3. Economia Política, Capitalismo e Socialismo

3.2 Capitalismo Contemporâneo

## Resumo:

Ao longo de algumas décadas migração tem ocorrido na China em função de uma série de dificuldades enfrentadas pelos camponeses, tais como diferença de renda entre as áreas rurais e urbanas, baixa qualidade da terra, escassez de água, terra entre outros fatores. Mas esse migrantes podiam manter suas terras no campo. A nova reforma da terra realizada pelo governo e o estabelecimento da “circulação de terras” na China, assim como o crescimento da produção em larga escala nas áreas rurais, junatmente com a remoção de camponeses de suas terras estão abrindo um novo capítulo no processo de acumulação da China.

## Abstract:

For a couple of decades migration in China has been happening due to many difficults faced by the peasants, related to income gap between rural and urban areas, low land quality, scarcity of land, water and so on. But these migrants were able to keep their land in the countryside. The new land reforms carried out by the government and the establishment of land circulation in China, as well as the growth of large scale productions in rural areas along with the removal of peasants form their lands are opening a new chapter of the capitalist accumulation in China.

## ***INTRODUÇÃO***

Nos primeiros anos da abertura, ainda na década dos 80 do século passado, a migração na China ainda era rigorosamente controlada pelo Estado e as ilhas de capitalismo chinesas, como eram chamadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), funcionavam como um polo de atração da força de trabalho migrante do país, em função das condições especiais para atrair os investimentos externos diretos buscados pelos dirigentes chineses. As ZEE, no início quatro cidades no extremo sul do país, contavam

com regulações especiais para uso da terra (concessão), isenções fiscais, facilidades para remessas de lucros ao exterior (ainda que a falta de divisas funcionasse como um obstáculo) e relações de trabalho específicas que permitiam aos empregadores demitir os trabalhadores e adotar grandes jornadas de trabalho.

O controle migratório chinês funcionava, e ainda funciona, segundo um sistema de registro chamado *hukou*<sup>1</sup>. Este registro dá ao trabalhador acesso aos serviços de assistência social da localidade e era condição também para obtenção de trabalho e fixação de residência até 1995, ano em que o governo chinês “relaxou” as normas para migração interna. Os trabalhadores passaram a poder se mover “livremente” em busca de emprego, o que criou um fluxo das províncias centrais, mais pobres, para aquelas no extremo oriente e sul do país. A partir de então os trabalhadores passaram a poder se mudar para as províncias mais prósperas e o fluxo migratório se intensificou rapidamente. Os migrantes que tinham *hukou* de outra província poderiam trabalhar no leste, mas não contariam com nenhum dos direitos dos residentes permanentes das províncias para onde se dirigiam. Muitos autores se referem a eles como trabalhadores de segunda classe, devido ao tratamento diferenciado que recebem das instituições públicas e ao acesso vedado aos serviços básicos de assistência fornecidos pelo governo chinês. No entanto, eles são uma das forças motrizes do crescimento da China, alimentando a crescente demanda por trabalho das indústrias e serviços no sul e oriente do país. Uma parcela desses trabalhadores com renda mais elevada paga pelos serviços públicos nas cidades, mas a regra ainda é que eles sejam marginalizados, muitos deles deixando seus filhos para trás, na província de origem, sob cuidados dos avós e familiares por não terem como sustentar seus filhos nas grandes cidades chinesas, o que tem gerado uma nova modalidade de distorção social na China<sup>2</sup>.

Entre 1996 e 2013 a China “urbanizou” no extremo oriente do país cerca de 270 milhões de pessoas<sup>3</sup> (China Statistical Yearbook, 2009, Xinhua 2013), mas em função do sistema de *hukou* estima-se que 130 milhões desses chineses sejam parte de um fluxo de migração “flutuante” com permanência nas cidades de alguns poucos anos (algo entre três e seis anos). Os dados são divergentes a respeito do tamanho dessa massa de trabalhadores flutuantes, mas pode-se afirmar que a taxa de reposição assegura que o

---

<sup>1</sup> Literalmente, porta de entrada, registro de residência permanente que todos os cidadãos chineses possuem e que os vincula à região onde nasceram.

<sup>2</sup> Sobre isso ver CLB, *Paying the price of economic development, the children of migrant workers in China*, Hong Kong, 2009.

<sup>3</sup> Em 1995 a população urbana da China era de 351.740.000 pessoas e em 2008 chegou a 606.670.000. China Statistical Yearbook 2009.

volume total seja mais ou menos constante ainda que haja significativa rotatividade entre os trabalhadores. Mais ainda, o fluxo no sentido sudeste do país é muito mais intenso que aquele de retorno às províncias centrais, terra natal de cerca de 80% dos trabalhadores que migram para o oriente (Chang, 2009; Harvey, 2009; Fulin, 2009; CLB, 2007).

Em 2013, a China contava com 53,7% da população do país em áreas urbanas, destes apenas 35,7% contavam com registro de residência urbano. Segundo um plano do governo para urbanização do país até 2020 a China espera ter 60% de taxa de urbanização e 45% dos moradores urbanos com registro de residência urbanos, com acesso aos serviços públicos nas cidades.

Esse fluxo migratório intenso e veloz foi estimulado pelo governo como forma de garantir o fornecimento de força de trabalho necessária para manter as expressivas taxas de crescimento chinês, como mecanismo de elevação de renda e consumo e, finalmente, como um instrumento para a modernização chinesa. Hoje os recursos enviados pelos trabalhadores migrantes para o campo são parte significativa (e em muitos casos majoritária) da renda de suas famílias no campo. Atualmente, a renda dos habitantes rurais que trabalham fora de sua terra natal representa 40% de sua renda disponível per capita e os rendimentos obtidos com a venda de produtos agrícolas representam 49%. A urbanização dos trabalhadores migrantes também cumpre um importante papel de transferência de renda para o campo.

Durante o Quinto Congresso Nacional do Povo, em 1978, o presidente Hua Guofeng anunciou a adoção do plano das Quatro Modernizações, o primeiro grande projeto da reforma implementada na China depois da Revolução Cultural. O plano era um projeto de modernização grandioso com metas e políticas definidas para um período de 10 anos, mas cujo marco inicial era 1976 e fixava as políticas a serem adotadas até 1985. Na prática, diferentemente do anunciado, era um plano de oito anos. Tratava-se de um conjunto de políticas com novas diretrizes para os setores da agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia, considerados os setores estratégicos na promoção da modernização do país. Segundo declaração do Partido:

*“A realização das Quatro Modernizações exige grande crescimento nas forças produtivas, que, por sua vez, exige diversas mudanças naqueles aspectos das relações de produção e da superestrutura que não estão em harmonia com o crescimento das forças produtivas, e exige mudanças em todos os métodos de gerenciamento, nas ações e nos pensamentos dos que estão no caminho desse crescimento. A modernização socialista é, portanto, uma revolução ampla e profunda”.* (Deng, 1987, p.43)

Na agricultura foram promovidas mudanças nas relações de propriedade e de produção no campo, o que, considerando a composição social chinesa de então, atingia diretamente a esmagadora maioria da população, com alterações nas concessões de terras, preços e no sistema das cooperativas. Iniciando a desarticulação do processo de coletivização e com as comunas que eram a herança do período imediatamente posterior à constituição da República Popular.

A intenção era aumentar substancialmente a produção agrícola, com a valorização da produção de grãos e a concentração de determinadas culturas em áreas mais adequadas. Também foi suspensa a intervenção sobre as atividades que antes eram consideradas capitalistas tais como as feiras e cultivos paralelos. O Estado, inclusive, pagaria mais pela produção de grãos e diminuiria o valor pago pelos produtores por insumos agrícolas necessários, como máquinas, equipamentos e fertilizantes produzidos pelas empresas estatais.

No anúncio do plano para a agricultura, o presidente Hua listou as metas específicas para o setor, que incluíam ampliação da mecanização, eletrificação, irrigação, utilização de fertilizantes agrícolas e, portanto, da produtividade, com metas específicas para cada uma destas áreas. Uma delas dizia respeito ao produto bruto agrícola, com meta de crescimento de 4 a 5% anualmente, com incremento no fornecimento de alimentos para 400 milhões de toneladas em 1985. Entre as outras estavam: mecanização de 85% das funções no campo e a expansão de área irrigada para 800 milhões de mu, assegurando pelo menos um mu de terra irrigada per capita. O plano também previa a criação de doze bases para produção especializada de determinados alimentos por todo o país.

O plano também previa estímulo à produção dos cultivos paralelos, como forma de produção suplementar àquelas principais. As famílias eram formalmente responsáveis pelas parcelas de terra que cultivavam e não poderiam vender, alugar ou transferir o direito de uso das terras, ainda que pudessem decidir o que e como produzir e o fossem proprietárias do produto obtido. Os cultivos paralelos, segundo as

estimativas do próprio governo chegariam a 25% do produto total. Esperava-se que através dos esforços para ampliação da produção as comunas e brigadas fossem capazes de fornecer as matérias primas necessárias para o desenvolvimento industrial, fornecimento de alimentos e exportações do país.

O governo chinês adotou diversas novas políticas relacionadas com o campo desde o início da década de 1980, mas a recente reforma do sistema de taxação de terras, assim como a nova lei de terras e o novo sistema de contratos de terras mudaram a relação das unidades familiares com suas parcelas de terras na China. Essas novas regras, criaram a chamada “circulação de terra”<sup>4</sup>, um tipo de mercado de terra, sem assumir a sua formação em termos legais, permitindo a transferência do uso dos direitos de uso da terra, que seguem sendo propriedade de todo o povo chinês e administrada pelo Conselho de Estado segundo a Constituição da República Popular da China., revertendo em diversos aspectos os avanços obtidos com a reforma agrária no país. As transformações nas normas de uso da terra, as novas políticas e suas consequências são o tema deste artigo.

#### ***A DESCOLETIVIZAÇÃO E O ROMPIMENTO DO SISTEMA UNIFICADO***

O desmonte das comunas começou, na prática, muito antes de sua formalização na nova Constituição da República Popular em dezembro de 1982. Com a nova constituição as terras da China foram reparceladas ou redistribuídas, segundo a terminologia usada pelos próprios líderes chineses, entre as unidades familiares, encerrando o período de coletivização. Esse processo remonta ao período imediatamente posterior à Revolução Cultural, com algumas poucas iniciativas locais e de forma mais abrangente a partir de 1978, com a retomada das parcelas de terras pelas unidades familiares. Uma aldeia na província de Anhui iniciou o sistema de responsabilidade de contrato familiar em 1978, este é considerado o marco inicial da reforma rural do país. Mais de 35 anos, Anhui será um dos locais onde serão realizadas em caráter experimental as novas reformas adotadas a partir dos planos estabelecidos pelo governo em 2013, que serão testadas em 20 distritos da província. (Xinhua, 2013)

Esse processo foi formalizado com instituição do Sistema de Contrato de Responsabilidade Familiar (SCRF)<sup>5</sup>, sua implementação atingiu praticamente todo o

<sup>4</sup> Nos termos usados pelo próprio governo chinês em inglês “land circulation”

<sup>5</sup> Em inglês Household Contract Responsibility System (HCRS)

país em 1983. Segundo Huang Yiping (1998) em 1983 o sistema abrangia 98% das equipes de produção da China, Guo Xibao (2004) afirma que no mesmo ano o sistema atingia 99,5% das terras cultiváveis do país. O sistema estabelecia os termos para a divisão e uso da terra na China. A distribuição foi feita considerando o número médio da população local ou da força de trabalho, variando significativamente entre as regiões do país. Os termos dos novos contratos de uso eram curtos, normalmente, entre 2 e 3 anos e não costumavam ser estabelecidos por escrito, tanto no que se refere à concessão de uso quanto às suas cláusulas.

O princípio para taxação do sistema era - segundo a terminologia simplificada adotada pelos camponeses - “pague o suficiente para o Estado, mantenha o suficiente para a coletiva e o que sobrar é seu” (Guo, 2004, p.65). Com o sistema os camponeses passaram a pagar uma taxa fixa ao Estado, que representava uma proporção da produção que não costumava exceder 5% do produto líquido por mu e também deveriam pagar alguma taxa às organizações coletivas rurais<sup>6</sup>, para compor um fundo de acumulação público e financiamento dos serviços públicos locais. Pagas essas taxas o valor restante pertencia às famílias. Neste período o governo chinês estava promovendo aumentos contínuos nos preços para aquisição dos produtos agrícolas, segundo o sistema unificado de compras.

Em 1985 o governo iniciou reformas para acabar com o sistema unificado de compra e venda de grãos. Todos os produtos agrícolas poderiam ser negociados livremente nos nascentes mercados, cujo estabelecimento o governo passou a estimular. Mas o Estado manteve as compras de grãos, algodão e alguns tipos de óleo, mas com um novo sistema baseado nos contratos com preços e quantidades negociados entre as autoridades e os camponeses<sup>7</sup>. O governo também passou a estimular a diversificação da produção, que efetivamente já ocorria depois do relaxamento das cotas da compra de grãos e estabelecimento dos mercados locais. Entre as políticas adotadas estão os subsídios para orientar as novas culturas, como venda a preços reduzidos de grãos usados para alimentar criações animais e isenções de juros para empréstimos de recursos utilizados para instalação de indústrias nas áreas rurais do país.

Mas as reformas e relaxamento dos controles sobre os preços na China geraram instabilidade econômica e aceleração da inflação, com aumentos sistemáticos dos

---

<sup>6</sup> Apesar da desarticulação das comunas com a descoletivização em termos produtivos, sua estrutura em termos administrativos continuava subsistindo no campo chinês.

<sup>7</sup> Na prática essa negociação não ocorria, com a fixação dos preços feita pelo Estado, a novidade de fato era o estabelecimento das quantidades, que os camponeses conseguiam efetivamente negociar.

preços dos produtos agrícolas com problemas de abastecimento de alguns itens. Esses problemas fizeram com que o governo retrocedesse em alguns aspectos das reformas. A partir de 1985, retrocessos e retomadas das políticas de reforma agrícola se tornaram sistemáticas, acompanhando as flutuações de preços e como parte dos esforços para evitar problemas de abastecimento. Ademais a produção de grãos e algodão registrou queda entre 1985 e 1986 o que fez com que as cotas de compra do Estado e assemelhassem às ao período anterior, quando Beijing comprava a totalidade da produção. Ainda assim, a tendência de liberalização dos mercados de outros produtos foi mantida. No caso dos grãos os preços precisavam continuara subindo para estimular a produção (evitando os problemas crescentes de oferta) e também por causa da crescente inflação, por outro lado os aumentos dos preços promovidos pelo governo, pressionavam os preços dos alimentos e faziam aumentar a inflação, o que provocou intensos debates entre os planejadores chineses e dúvidas a respeito dos rumos a serem adotados no processo de estabelecimento dos mercados no país.

Na prática, a China passara a operar com um sistema de dois mercados, formalizados em 1985. As cotas de compra do Estado era fixadas pelo Departamento Estatal de Grãos, que também era responsável pelas aquisições e repasse para os moradores urbanos segundo as cotas de fornecimento e preços do sistema estatal. O Departamento contava com subsídios estatais para casos de déficit entre compra e venda de grãos, custos de transporte e estocagem. O sistema também compreendia cotas fixadas para importações e exportações. Depois de cumprido o pagamento da cota do Estado, os camponeses poderiam decidir se vendiam seus produtos no mercado “aberto” ou para o Departamento Estatal de Grãos.

Mas a desarticulação das comunas também fez aparecer diversos problemas relacionados com o sistema de contrato de responsabilidade familiar nos termos adotados pelo governo chinês. A “nova economia rural”, como o próprio governo chinês intitulava as reformas no campo expunha a ausência de condições para a manutenção de atividades fundamentais, antes desempenhadas pelas comunas. Obras de irrigação, drenagem, construção de canais e diques que eram mantidas a “custo virtualmente zero” com as comunas foram abandonadas e novas obras de infraestrutura não eram possíveis sob a nova forma de organização do campo chinês. Nem as famílias tinham condições de viabilizar obras de grande porte como essas, nem as infraestruturas administrativas locais contavam com recursos para executá-las. O governo central, por sua vez se debatia com problemas de outra ordem e sequer conseguia manter de forma

sustentada a estrutura de subsídio à algumas culturas no campo, quanto mais financiar grandes obras, ainda que reconhecesse sua necessidade.

O uso descontrolado de fertilizantes químicos, que passaram a ser intensiva e extensivamente usados no país<sup>8</sup>, causando problemas graves no solo, especialmente em regiões mais ricas do país onde o acesso a esses produtos era mais fácil. Huang (1990) cita o caso Songjiang, no Delta do Yangtse, uma das regiões com as melhores terras da China que teve queda acentuada na colheita de grãos por conta da deterioração do solo por uso excessivo de fertilizantes. A grande pulverização das terras em regiões essa, com elevada densidade populacional, também contribuía para a dificuldade de acumulação para viabilizar as grandes obras e no uso descontrolado dos fertilizantes como forma de ampliar a produtividade. A pesquisa de campo do autor na região mostrou que:

*“Em Songjiang, como já visto, a organização coletiva tornou possível a dramática mobilização das mulheres para o trabalho nas fazendas coletivas, custos muito baixos para construção de redes de drenagem e irrigação e a acumulação de uma ‘massa’ de itens modernos como tratores e estações de fornecimento elétrico (em oposição aos itens ‘divisíveis’ como fertilizantes químicos). Ela também tornou possível um sistema de incentivos semelhante ao de uma cooperativa, já que os ganhos dos membros da equipe estavam imediatamente ligados ao produto do time, e não a salários padronizados independentes como em uma fazenda ou fábrica. Crescimento de duas a três vezes na colheita por mu semeado ou superior a três vezes por mu cultivado foi obtido sob a organização coletivizada, o que não pode ser considerado ruim sob nenhum critério” (Huang, 1990, p.249)*

Essa avaliação sobre a importância das comunas para a geração de grandes infraestruturas no campo bem como seu papel como importante instrumento de acumulação aparecem nas avaliações de historiadores da China tanto influenciados pelo marxismo, quanto com outras orientações teóricas. O papel central das comunas, sua ampla divisão do trabalho e liberação de extensivos contingentes para as atividades mais diversas no campo chinês, que sob a pequena propriedade rural, dado o grau de desenvolvimento e a capacidade de taxaço do Estado chinês seriam inviáveis. Cuja importância se amplifica se considerarmos a importância da produção no campo como fornecedora de matérias primas e a demanda por maquinaria e outros produtos industriais. A coletivização abriu a possibilidade de um volume de acumulação via Estado, fundamental para o processo de modernização chinês. Mas os ganhos de

---

<sup>8</sup> O uso de fertilizantes só faria crescer a taxas alarmantes a partir deste período. Entre 1978 e 2009 a taxa de crescimento foi superior a 590%. Sobre isso ver Nabuco & Barreto (2011).



produtividade do trabalho no campo não eram homogêneos em todo o país e, como já destacado, a região escolhida por Huang tinha características muito especiais (em termos de infraestrutura, qualidade do solo e proximidade de um importante centro industrial do país, Shanghai).

Hsu (2000), além de enumerar os problemas destacados por Huang com o fim da coletivização, afirma que os incentivos usados pelo governo para ampliar a produtividade após a descoletivização, não surtiem o mesmo efeito que as mobilizações do período maoísta. Ademais, os preços baixos dos grãos (mesmo com os aumentos promovidos pelo governo) tornavam os ganhos na agricultura cada vez menores em comparação com outras atividades. Um dos métodos usados foi a premiação por vendas superiores às cotas estabelecidas pelo governo com preços mais elevados, no caso do algodão essa taxa chegava a 30% para vendas acima das cotas, já no início da década de 1980. O arroz teve aumentos nos preços entre 19 e 21% dependendo do tipo de grão.

O efeito imediato foi de incremento da renda, segundo Huang Ping (2003), a taxa média de crescimento da renda no campo foi de 15%, já no período imediatamente posterior, até 1989 a taxa de crescimento caiu para 2%, no meio da década, a inflação já tinha corroído os aumentos nos preços de compra fixados pelo governo. A renda per capita no campo cresceu de 133 yuans em 1978 para 355 yuans em 1984, em termos nominais, como mostra a tabela abaixo. A tabela também mostra como os incrementos na renda per capita rural se tornam cada vez menores em termos proporcionais. Isso combinado com os incrementos nos salários de outras atividades tornava o trabalho na lavoura cada vez menos atraente, no período imediatamente posterior, até 1989 a taxa de crescimento caiu para 2%, com forte contração na renda dos trabalhadores da agricultura chinesa.

Em 1985, em Jiangsu (uma próspera província na costa leste da China), um camponês bem remunerado recebia 650 yuans por ano, já um pescador ou criador de animais ganhava 2.375 yuans, um trabalhador industrial 4.199 yuans, da construção civil 4.762 yuans e do setor de comunicações 4.762 yuans. Em média um trabalhador não-agrícola ganhava 4,1 vezes mais que um trabalhador agrícola. (Hsu, 2000) Segundo a tabela abaixo essa diferença em no país era menor, mas no caso de algumas províncias como Guangdong ou Zhejiang era ainda superior à de Jiangsu. Essa diferença, entre a renda per capita rural e urbana, só faria crescer nos anos posteriores.

Renda per capita em áreas urbanas e rurais entre 1982 e 1990

Ano	Rural	Urbano	Urbano (rur =1)	Rural (urb =100)
1982	270	535	1,98	50
1983	310	573	1,85	54
1984	355	660	1,86	54
1985	398	749	1,88	53
1986	424	910	2,15	47
1987	463	1012	2,19	46
1988	545	1192	2,19	46
1989	602	1388	2,31	43
1990	630	1523	2,42	41

Extraído de Solinger, 1999, p.159

Como mostra a tabela (XX) abaixo, a produtividade no campo cresceu significativamente entre 1980 e 1984. Muitos autores atribuem o crescimento da produtividade ao entusiasmo e mudanças na estrutura produtiva gerados pela adoção do sistema de contratos (Huang Ping, 2003; Hsu, 2000; Solinger, 1999; Guo, 2004; Huang Phillip, 1990; Huang Yiping, 1998). Segundo Philip Huang foi o entusiasmo gerado pela adoção do sistema de contratos, combinado com a ampliação do uso de fertilizantes químicos e fatores climáticos favoráveis, que criaram as condições para as boas colheitas entre 1979 e 1984. Entre 1979 e 1984 a expansão da produção agrícola foi de 7,4% em média, com os melhores registros entre 1982 e 1984.

Em 1985, com o aprofundamento das reformas nas estruturas de mercado, o desempenho da produção agrícola caiu. As taxas de crescimento caíram para menos de 4%, registrando média de 3,8% no período entre 1984 e 1994. Ainda que essa taxa não possa ser considerada baixa, para os padrões internacionais, a queda foi acentuada, com alguns anos de queda ainda mais significativa como, 1985, 1988, 1991 e 1994. Neste

mesmo período o crescimento dos preços agrícolas e a queda na produção deram origem a diversos problemas no país. (HUANG YIPING, 1998)

Principais produtos agrícolas (em milhões de toneladas)

	1952	1957	1965	1978	1980	1984	1987
Grãos	162,4	195,0	194,5	304,7	320,5	407,3	402,41
	2	5	3	7	6	1	
Algodão	1,3	1,64	2,09	2,16	2,07	6,25	4,19
Grãos para prod. óleos	4,19	4,19	3,62	5,21	7,69	11,91	15,25
Cana-de-açúcar	7,11	10,39	13,39	21,11	22,80	39,51	46,85

Extraído de HSU, 2000, p.846.

Em 1988 o governo chinês fez sua primeira tentativa de abolir os subsídios aos alimentos consumidos pelos moradores urbanos, sem sucesso. No ano seguinte, por causa dos problemas de fornecimento o governo chinês elevou novamente as cotas de compra de grãos, reiterando o papel do sistema de compra e venda de grãos, 1989<sup>9</sup> seria marcado pela piora das dificuldades com a administração do fornecimento de alimentos, o recurso utilizado para tentar resolver o problema foi um grande aumento nos preços de compra dos grãos, o maior nos dez primeiros anos de reforma. As políticas de financiamento para a indústria no campo e também os estímulos à criação de animais foram suspensas.

No final da década Deng encontrou com um grupo de funcionários do governo responsáveis pelo desenvolvimento rural, a preocupação do líder chinês era com os efeitos da inflação sobre os ânimos no campo. Deng, em mais de uma ocasião, ao longo dos debates no governo sobre a questão rural, citou um artigo de um experiente acadêmico chinês que afirmava que se o país tivesse que enfrentar uma crise severa, ela viria do campo e que se isso acontecesse, ela seria um desastre longo e de grandes proporções.

---

<sup>9</sup> O ano de 1989 seria marcado também por uma crise política que foi fruto do acirramento das contradições entre as reformas e a estrutura econômica anterior da China. Apesar dos atos dos estudantes em Tiananmen, e da reação do governo que usou o exército contra os estudantes acampados na praça, terem entrado para história como o grande protesto do período das reformas, há muitos problemas na caracterização feita no ocidente dos eventos daquele ano na China. Não só os protestos estavam relacionados com a piora efetiva da vida dos trabalhadores chineses (notadamente no campo) e não só como reivindicações de maior abertura política, como os protestos não eram só de estudantes e muito menos ocorreram apenas em Beijing. Ocorreram protestos em todo o território chinês e com apoio de vários segmentos da sociedade chinesa. Para alguns estudiosos, como Wang Hui (2009) e Han Dongfang (2005), 1989 marca a vitória da “versão chinesa” do neoliberalismo, opinião compartilhada por Harvey (2005), entre outros. Sobre isso ver também Perry (2007) e Nathan & Link (2001)

Em 1991 as reformas foram ampliadas e em 1992 o governo conseguiu igualar os preços de compra dos grãos no campo com os da venda nas cidades, acabando com os déficits e reduzindo os gastos do governo com a manutenção da “tigela de aço de arroz” dos moradores urbanos. O Estado passou a comprar grãos para regulação, mas procurava não interferir como antes na fixação dos preços dos grãos. Como mostra a tabela acima, a inflação atingiu seu nível mais alto desde o início do processo de reforma e abertura em 1994, com uma alta de 32% nos preços dos alimentos. O que provocou uma intervenção do Estado na agricultura, sob duras críticas ao processo de liberalização de preços, muitos afirmavam que o estabelecimento dos mercados agrícolas era inviável. O governo central passou a exigir que cada governo provincial se responsabilizasse por uma cota de fornecimento de grãos, para evitar o desabastecimento. Os cupons usados para aquisição de grãos se tornaram novamente parte do cotidiano de diversas cidades chinesas.

As dificuldades no campo se ampliavam em função da instabilidade dos contratos. Em 1993 o governo central instituiu novas normas para ajustamento dos contratos de uso da terra e pequenas alterações passaram a ser permitidas. Sob as novas regras a transferência do uso de terras pago passou a ser permitido, sob a condição de aceitação da transação pela estrutura organizativa coletiva local e os ajustamentos do tamanho da parcela de terra para cada família em um vilarejo deixaram de ser compulsórios. Até então, o vilarejo deveria remanejar, sistematicamente as terras dependendo do tamanho das famílias. Segundo estimativas do Ministério da Agricultura chinês, em 1996 menos de 1% da área cultivada total do país tinha sido transferida. (Guo, 2004)

#### ***AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES***

Em dezembro de 2009 o vice primeiro ministro chinês Li Keqiang, em discurso na província de Guangdong, defendeu a urbanização chinesa como mecanismo para enfrentar a crise financeira, ampliar o consumo doméstico e reestruturar a economia do país<sup>10</sup>. Desde o início do processo de reforma e abertura, em 1978, o planejamento chinês prioriza a urbanização, ainda que os instrumentos e práticas de estímulo adotados tenham mudado muito ao longo dos últimos 30 anos.

---

<sup>10</sup> Agência de Notícias Xinhua, agência de notícias oficial do governo chinês, 17 de dezembro de 2009, [www.xinhuanet.com](http://www.xinhuanet.com).

Além da ampliação das cidades, em especial no oriente do país, o governo também estabeleceu parcerias com a iniciativa privada para investimentos realizados no campo. Estes investimentos dirigiram-se para empresas de processamento montadas no campo, as *Town and Village Enterprises* (TVE), voltadas à exportação, responsáveis pela fixação no campo de significativos contingentes de trabalhadores e substitutas das cooperativas, até então responsáveis pela maioria dos postos de trabalho. Mas, de todo modo, a maioria dos jovens trabalhadores rurais se sentia (e se sente) impelida a migrar, tanto por conta do número de postos de trabalho que se extinguíam no campo – devido ao fechamento de inúmeras cooperativas e à ampliação da mecanização e da aplicação de técnicas agrícolas que aumentam a produtividade, expulsando trabalhadores das lavouras – quanto pela imensa diferença de remuneração. Em 1978, a diferença entre a renda per capita da cidade e do campo era de 1,8 vezes. Hoje, a diferença é de 3,33 vezes<sup>11</sup> e continua se ampliando. Segundo Ma Jiatang, diretor do Departamento Nacional de Estatísticas, a renda per capita dos habitantes urbanos em 2013 ficou em 26.955 yuans (US\$ 4.400). Já a renda dos residentes rurais foi de 8.896 yuans (US\$ 1.450) e a renda per capita na China era de 18.311 (US\$ 2.993). O coeficiente de Gini chinês, em 2013 era de 0,473.

Em uma declaração durante a Conferência sobre Administração das Áreas Rurais em 2011, realizada em Changchun em abril de 2011 o vice-ministro da agricultura, Chen Xiaohua, afirmou que “atualmente, mais de 800 vilas já estabeleceram o mercado físico para a circulação de terras, mais de 12.000 cidades já estabeleceram centros de serviços para circulação de terras, que cresceu 10 vezes desde 2005”.

Em 2009, a extensão e terras que tinha passado pela “circulação” tinha atingido 150 milhões de mu<sup>12</sup>, respondendo por 12% de toda a terra contratada pelo sistema de unidades familiares. O desenvolvimento desse sistema tem sido muito desigual entre as regiões do país. A taxa é mais alta nas áreas no sul e nordeste que no norte e noroeste da China. Em Heilongjiang (no nordeste) e Guangdong (no sul) a taxa chega a 18,8% e 18,7% respectivamente. No norte da China ele é inferior a 8%, a não ser em Tianjin, onde chegou a 15,5%. A taxa é significativamente mais elevada em áreas mais desenvolvidas economicamente como Shanghai, com 54,5%, Zhejiang, 32% e Jiangsu, 20,5%. Regiões com maior proporção de trabalhadores migrantes na população rural,

---

<sup>11</sup> Fonte: Agência de Notícias Xinhua, 17 de março de 2013.

<sup>12</sup> Mu é a unidade de medida chinesa para terras, 1 mu é equivalente a 0,66 hectare.

como Sichuan que registrou 15,3%, Anhui, com 9% e Guizhou 8,8%, têm mais terras que já “circularam”.

A forma como se dá a “circulação de terra” é basicamente via subcontratação, enquanto aluguel da terra responde por cerca de 30% do total de terras no mercado de “circulação de terras”. As circunstâncias da “circulação” podem variar muito de acordo com o sistema de uso da terra. Uma parcela destas terra sé usada para produção em pequena escala. Camponeses que subcontratam as terras que lhes cabem e compram casas e se mudam para pequenas cidades próximas, em geral no centro urbano mais próximo das terras. Há os camponeses que migram para grandes cidades em outras províncias e subcontratam a terra informalmente. Outros tantos que subcontratam terras para aumentar sua economia de escala, uma parcela significativa das terras usadas em produção em grande escala na China são destinadas à produção e grãos. Parcelas de terra são destinadas à produção em larga escala de produtos agrícolas de alto valor agregado, como frutas, vegetais e, especialmente, matérias primas para a produção de remédios da medicina tradicional chinesa.

A renda média do subcontratante é estimada em 300 yuans por mu e mesmo no caso de produtores de alto valor agregado ela dificilmente será superior a 600 yuans por mu. Os camponeses que migram são importantes fornecedores de terras. Por não poderem cultivar suas terras e não desejarem abrir mão dela ou passar pelo mercado de circulação, Muitas vezes quando parte da família fica no campo a terra fica sob os cuidados dos parentes. Em outros casos, em que toda a família ou os membros que ficam (em geral idosos) não têm condições de trabalhar na terra os migrantes deixam a terra emprestada, sob os cuidados de vizinhos, parentes mais distantes ou amigos. Nestes casos a terra não ingressa no processo de aluguel ou subcontratação formal e por isso não entra nos dados citados sobre “circulação de terras”. Apesar destes casos não contarem com mensurações formais, pesquisas relacionadas com outros temas, especialmente aquelas que tratam da renda familiar dos migrantes, mostram, ainda que de forma indireta, que esse número está longe de ser desprezível (ver Lee, 2008 e Solinger 1999)

Até as primeiras reformas no sistema de contratação e tributação da terra em 2006, essa costumava ser a única forma de subcontratação, ainda que informal, da terra e por uma série de dificuldades, valor dos impostos, infertilidade da terra, baixa produtividade, dificuldade de acesso à água, alto nível e salinização do solo, muitos destes parentes e amigos não tinha qualquer condição de realizar pagamentos ao

migrante que deixava sua parcela de terra sob seus cuidados. Em certas regiões da China (como no norte, por exemplo) a falta de água e o baixo nível e nutrientes da terra tornam a produtividade média dos cultivos muito baixa e considerando que os cuidados com a terra, em geral, incluem assumir o encargo das taxas pagas ao governo pelo direito de uso da terra, pagar um aluguel pela terra seria impraticável.

As novas leis que promoveram não só a formalização da “circulação de terras”, mas também, mudaram a estrutura tributária (reduzindo a carga tributária e ampliando as perspectivas de pagamento pela subcontratação da terra em regiões onde anteriormente ela não aconteceria) e estabeleceu as condições e normas para o agenciamento das terras na China.

Outro fator fundamental na transformação da estrutura fundiária chinesa são as expropriações para a construção e grandes obras de infraestrutura no país. As grandes obras realizadas pelo governo chinês, combinada com a mudança no status administrativo das terras, segundo as necessidades de fornecimento para essas grandes construções são uma grande fonte de problemas no que diz respeito à manutenção do direito de uso das terras pelos camponeses. Muitos deles não querem deixar a terra, mas são obrigados a fazê-lo com o uso de mecanismos que vão desde indenizações até o uso da força policial. Muitos camponeses desesperados pela perda de suas terras, pelo pequeno valor das indenizações e pela falta de perspectiva de lutar, seja na justiça<sup>13</sup>, seja via formas de organização coletivas.

Uma das formas mais comuns de reivindicação na China são as chamadas petições, cartas escritas por chineses com toda sorte de problemas são enviadas para os governos regionais ou, no mais das vezes, para o governo central em Beijing. Como é muito difícil obter uma resposta, muitos destes camponeses vão até a capital e acampam com cartazes na porta dos prédios da administração central, ou agências estatais. A desconfiança em relação aos governos provinciais é maior que em relação ao governo central e muitos consideram que a melhor maneira de serem ouvidos é ir à Beijing. Nos casos mais desesperados, muitos camponeses atacam até aos próprios corpos enquanto a polícia está tentando removê-los da terra, o que tem sido cada vez mais comum na China. No vilarejo de Peipozhuang, na provincial de Hebei, norte da China, três irmãos desesperados atearam fogo ao próprio corpo depois que as autoridades provinciais

---

<sup>13</sup> As perspectivas de um camponês chinês obter o direito de uso da terra através de ações judiciais são mínimas. De um modo geral, formas de pressão política e mobilização no vilarejo costuma ter maior sucesso, ainda assim em um caso ou outro os casos de camponeses que conseguiram manter a terra é muito pequeno, a regra, neste caso, é a obtenção de uma indenização mais alta.

contrataram e enviaram para suas terras 300 homens com equipamento pesado como pás mecânicas e escavadeiras para remover o trigo plantado e realizar a terraplanagem do solo. Uma das mulheres no vilarejo disse que todo o trigo foi destruído e que as perspectivas para os camponeses que perdem a terra é sombria e sem perspectiva. Os policiais assistiram os irmãos queimarem e não fizeram nada. Os três irmãos tiveram o corpo queimado severamente e sua família foi posta sob vigilância<sup>14</sup>. Ações desesperadas como essa são cada vez mais comuns no país.

#### ***ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E AS REFORMAS NA CHINA***

Ao analisar o processo de acumulação primitiva e a lei geral da acumulação capitalista e seu impulso de concentração, Marx não estava enumerando fases históricas, mas trabalhando em um nível de abstração distinto daquele que muitas vezes é interpretado. No capitalismo não há necessariamente uma fase em que verificamos apenas a ocorrência de acumulação primitiva e posteriormente um processo de acumulação ampliada. O processo de “colonização” do capital é necessariamente desigual e as categorias não se sucedem em uma espécie de “desfile” histórico. A China, hoje um dos mais importantes centros da acumulação capitalista ampliada, vive simultaneamente um processo de acumulação primitiva sem precedentes porque (ainda) tem uma das maiores populações camponesas do mundo. Uma população que tem sido expulsa em contingentes assombrosos, depois de ter vivido e mantido por décadas uma estrutura agrária pulverizada, fruto de uma reforma agrária bem sucedida, a despeito de todas as turbulências por que o país passou.

Harvey (2006) chama a fase atual da acumulação capitalista de acumulação por despossessão, uma etapa na qual as práticas de acumulação que Marx descreveu como “primitivas” ou “originais”, características do surgimento do capitalismo proliferam. Nesta categoria ela inclui a mercantilização e privatização de terras, com a conseqüente expulsão de populações camponesas, commodificação da força de trabalho destes contingentes, apropriação de seus ativos, taxaço e monetização de terras e, segundo ele, a mais importante de todas as facetas desta acumulação seria o uso do sistema de crédito como mecanismo de acumulação privada. Ainda que a lista de mecanismos e formas de expropriação seja relevante, não parece acrescentar muito à categoria de acumulação primitiva nos termos delimitados por Marx. É claro que o avanço do

---

<sup>14</sup> Fonte Radio Free Asia,



processo de acumulação sobre regiões antes “inexploradas” requer qualificações e suas respectivas atualizações, mas a categoria certamente não perdeu sua força explicativa.

Passemos então às necessárias qualificações sobre o caso chinês. No que se refere a China, o próprio Harvey, poucos parágrafos depois de sua definição de acumulação por despossessão, afirma que se trata de um caso de acumulação primitiva, salientando que esse seria também o caso da Rússia e reafirmando a importância do conceito para compreender a acumulação em outras latitudes.<sup>15</sup>

Marx, ao discutir a lei da acumulação capitalista afirma que esse processo gera, na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população de trabalhadores supérflua relativamente, que é maior que as necessidades médias do capital e, portanto, excedente. No caso chinês, essa população é mantida no campo por uma dupla razão: acesso que (ainda) tem a terra e os mecanismos de controle que criam obstáculos ao fluxo para as cidades, evitando em alguma medida<sup>16</sup> uma inundação de trabalhadores que aumentaria substantivamente as tensões sociais no país. Ainda segundo Marx:

*Mas se a população excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronta para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. Com a acumulação e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho que a acompanha cresce a força de expansão súbita do capital. Essa força de expansão cresce em virtude das seguintes causas: aumentam a elasticidade do capital em funcionamento e a riqueza absoluta da qual o capital constitui apenas uma parte elástica, o crédito, capital adicional, num instante, parte considerável dessa riqueza: as condições técnicas do próprio processo de produção, a maquinaria, os meios de transporte, etc. possibilitam a transformação mais rápida, na mais larga escala, do produto excedente em meios de produção adicionais. (MARX, 1984, p.733-4)*

<sup>15</sup> Ainda que Harvey reconheça que no caso do objeto deste trabalho sua categoria não se aplique, ela não dista da acumulação primitiva como aparece n’*O Capital* o suficiente para justificar seu uso.

<sup>16</sup> Medida essa que tem se mostrado decrescente nos anos recentes ainda que isso não indique nenhum ascenso substantivo da organização dos trabalhadores chineses como muito analistas acreditam. As limitações a sua ação política são inúmeras e as dificuldades de superar essa condição não dão sinais efetivos de melhora. Ainda que lutas pontuais, no âmbito econômico corporativo, para usar a noção gramsciana de relações de força e seus estágios, tenham obtido vitórias pontuais, especialmente no que se refere a reivindicações salariais nos últimos anos. (GRAMSCI, 2000) Aqui vale ainda destacar que a despeito do que muitos acreditam 2010 não fugiu à regra dos últimos anos no que se refere ao número de greves e manifestações na China; tem sido assim pelo menos nos últimos seis anos, ainda que com quase completo desconhecimento no ocidente. Sobre isso ver, por exemplo, CAI, 2010; LEE, 2009; CLB 2006.

Os trabalhadores que constituem esse exército industrial de reserva, têm no caso chinês uma especificidade importante, herança do processo de reforma agrária do país; boa parte destes trabalhadores, têm origem camponesa e ainda tem acesso à terra. Como salientado anteriormente, na sua maioria eles não conseguem atender suas necessidades básicas trabalhando nas suas pequenas parcelas de terra. Além dos problemas do tamanho da parcela que cabe a cada família, há os problemas crônicos com água, a baixa qualidade do solo (em média) e a destruição do solo promovida por um volume de uso de fertilizantes e outros suplementos que atinge taxas de crescimento exorbitantes. Para muitos acadêmicos chineses, a grande questão histórica na China é a escassez de terras combinada com uma enorme população. Segundo Wen Tiejun:

*O problema da China é a tensão gerada por uma sociedade agrária, caracterizada pela superpopulação e recursos limitados em um processo de acumulação interno e primitivo de capital para a industrialização estatal. (WEN, 2003, p.53)*

Não se pode negar que o tamanho da população chinesa e a relativa escassez de terras *facilitam* a constituição das condições analisadas por Marx e descritas logo acima, mas o tamanho da população chinesa e a escassez de terras têm pouca capacidade explicativa, são insuficientes para compreender a dinâmica histórica chinesa em seu processo de modernização. Neste sentido, a manutenção de algum vínculo desta população com a terra, ainda que sob condições insuficientes para a sua reprodução material e da estrutura social camponesa, gera uma enorme pressão sobre os salários e as próprias condições de trabalho desta população (enormes jornadas de trabalho, não pagamento de salários e horas extras, péssimas condições de moradia e alimentação e etc.<sup>17</sup>). Ademais funciona como um grande “amortecedor” da luta de classes e das contradições capital - trabalho na China. Isso porque, como esses camponeses/migrantes mantêm vivos seus vínculos com a terra, quando são demitidos por qualquer oscilação no ciclo do capital, eles voltam para o campo e lá permanecem a espera de uma chance

---

<sup>17</sup> Lee (2008), no capítulo de conclusão de seu livro sobre os trabalhadores chineses, coloca lado a lado uma declaração de um trabalhador migrante e uma citação de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Friedrich Engels (2010). Os paralelos entre as condições de vida e as relações de produção em ambos os casos são de fato, impressionantes.

de voltar. E o fazem tão logo o capital demanda seu retorno às cidades. Um movimento de ida e volta que aparentemente começa a dar os primeiros sinais de exaustão<sup>18</sup>.

A “liberação” deste enorme, e crescente<sup>19</sup>, contingente de trabalhadores com a ampliação da produtividade no campo e as condições listadas anteriormente cria condições muito especiais para o processo de acumulação na China. Com uma peculiaridade importante, muitos deles não querem ter os “direitos” de um morador urbano porque isso significa abdicar de parcelas de terra no campo. Ainda que partes das terras dos camponeses estejam efetivamente sendo expropriadas, ele se dá especialmente porque as parcelas de terra encolheram tanto que, mesmo ainda detendo formalmente o meio de produção, a reprodução destes trabalhadores e a satisfação de suas necessidades se torna inviável que algum (ou alguns) membros da família não se deslocarem para as cidades. Nas províncias chamadas fornecedoras, é difícil encontrar uma família que não tenha pelo menos um membro que se tornou migrante e, muitas vezes, o número mais freqüente é de dois membros.

Ao tratar da acumulação capitalista Marx afirma que a medida que a produção capitalista avança na agricultura, diminui, juntamente com a ampliação da acumulação de capital que opera nela, a procura absoluta por trabalhadores. Ocorre um processo de expulsão de trabalhadores que não conta com um processo simultâneo de atração como ocorre em outros ramos da economia. *“Por isso parte da população agrícola encontra-se sempre na iminência de transferir para o proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência (manufatura aqui significa todas as indústrias não-agrícolas).”* (Marx, 1984, p.745) Esse contingente de superpopulação relativa está sempre vivendo esse fluxo<sup>20</sup>, mas para que ele exista é preciso que no campo haja uma população supérflua.

Segundo Marx, a dimensão dessa população só se torna visível quando, em situações muito específicas, *“se abrem todas as portas dos canais de drenagem”*.<sup>21</sup> Essa é a superpopulação relativa latente. Marx também trata da superpopulação relativa que

<sup>18</sup> Aqui é bom destacar que esse movimento apresenta inúmeras oscilações, e que ao longo destes pouco mais de trinta anos de reforma e abertura teve a peculiaridade de ser, continuamente, um movimento de mão dupla do campo para a cidade e também da cidade para o campo, ainda que parcelas crescentes destes migrantes estejam se fixando nas cidades do país.

<sup>19</sup> As estimativas do próprio governo chinês divulgadas pela Agência de Notícias Xinhua são de que o país urbanizará pelo menos outros 300 milhões de pessoas nas próximas duas décadas.

<sup>20</sup> O governo chinês estabeleceu mecanismos para controlar esse fluxo, segundo as necessidades do processo de acumulação capital. O fluxo migratório para as cidades chinesas, aliás, passou a ser chamado pelo próprio governo de fluxo cego, algo que precisa ser evitado, contido.

<sup>21</sup> A declaração de um vice ministro chinês durante a crise iniciada em 2007, afirmando que é preciso permitir a urbanização para estimular o consumo (e ainda que de forma não declarada manter a pressão sobre os salários dos trabalhadores nas grandes cidades chinesas) não é, certamente, mera coincidência.

ele chamou de estagnada, que é parte do exército de trabalhadores em movimento, mas com ocupação absolutamente irregular. Segundo ele, esse contingente de trabalhadores assegura um fornecimento quase inesgotável de força de trabalho ao capital. Mais que isso, esse conjunto de trabalhadores tem condições de vida que se situam abaixo do nível médio de vida da classe trabalhadora e *“torna-se base ampla de ramos especiais de exploração do capital”*. Marx cita como exemplo de trabalhadores sob essas condições, aqueles que fazem trabalho a domicílio. No caso da China, considerando as circunstâncias dos trabalhadores migrantes, não é difícil perceber que esse é o caso de boa parte dessa população.

Uma das mais importantes mudanças recentes na situação chinesa foi provocada por uma reforma tributária. Com a reforma empreendida em 2006 nos tributos sobre a terra, o governo chinês criou condições para a constituição da chamada “circulação de terras”, que nada mais é que a constituição do último mercado que faltava atuar em larga escala na China, o mercado de terras no campo. Com a mudança tarifária, passou a ser possível transacionar o direito de uso da terra e no curto período de cinco anos algumas províncias já atingiram uma taxa de concentração fundiária de 18%. A expulsão dos camponeses do campo nos moldes do caso clássico descrito por Marx (ao tratar da Inglaterra) começam a tomar forma mais generalizada no país. A concentração fundiária é parte importante do próprio movimento de expansão do capital:

*É necessário que (...) a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja completamente arrastada para dentro do movimento da propriedade privada e se torne mercadoria; que a dominação do proprietário apareça como pura dominação da propriedade privada, do capital, dissociado de toda coloração política, que a relação entre o proprietário e trabalhador se reduza à relação nacional-econômica entre explorador e explorado; que toda a relação pessoal do proprietário com sua propriedade termine, e que esta se torne, ela mesma, apenas uma riqueza material coisal, que no lugar do casamento de honra com a terra se instale o casamento por interesse, e a terra, tal qual como o homem, baixe do mesmo modo a valor rasteiro. (Marx, 2004, p. 75)*

Esse casamento, talvez a principal característica da sociabilidade chinesa por muitos séculos, está se rompendo, passando por um acelerado processo civilizatório do capital, que, é também, a última etapa do processo de modernização da China. Ainda é cedo para fazer considerações sobre como se dará esse processo de concentração e das lutas e contradições que ele provocará ou mesmo a respeito de seus efeitos sobre a

enorme força de trabalho chinesa, mas ele está avançando rapidamente e não tem dado qualquer sinal de recuo.

#### **BIBLIOGRAFIA**

- CAI YONGCHUN. *Collective Resistance in China. Why Popular Protests Succeed or Fail*. The Walter H. Shorenstein. Asia-Pacific Research Center. Stanford University Press, Stanford, 2010.
- HAN DONGFANG. “Chinese Labour Struggles” in *New Left Review* 34, July/Aug 2005.
- HARVEY, DAVID. *A Brief history of neoliberalism*. Oxford, Oxford University Press, 2005.
- \_\_\_\_\_, *Spaces of Global Capitalism. Toward a Theory of Uneven Geographical Development*, Verso, London, New York, 2006.
- \_\_\_\_\_, *The right to the city*. *New Left Review*, 53. Sep-Out. 2008.
- HSING YOU-TIEN. Land and Territorial Politics in Urban China. *The China Quarterly*, 2006.
- HUANG PHILIP. *The Peasant Economy and Social Change in North China*. Stanford University Press, Stanford, 1985.
- \_\_\_\_\_, *The Peasant Family and Rural Development in Yangtzi Delta, 1350-1988*. Stanford University Press, Stanford, 1990.
- HUANG PING. China: Rural Problems and Uneven Development in Recent Years. In *China Reflected*, Asian Exchange for New Alternatives (ARENA), Vol.18, n.2 2002/ Vol.19, n.1, 2003, Hong Kong.
- HUANG YASHENG. *Capitalism with Chinese Characteristics. Entrepreneurship and the State*, Cambridge University Press, Cambridge, 2008.
- HUANG YIPING, *Agricultural Reform in China. Getting institutions right*, Cambridge University Press, Cambridge, 1998.
- HSU, IMMANUEL C. Y. *The Rise of Modern China*. Oxford University Press, Oxford, New York, 2000.
- MARX, KARL *O Capital. Crítica da Economia Política*. 4ªed. Rio de Janeiro: Difel, Livro 1, volume I, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 4ªed. Rio de Janeiro: Difel, Livro 1, volume II, 1984.
- \_\_\_\_\_, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Boitempo Editorial, São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_, *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, Boitempo Editorial, São Paulo, 2004.
- NABUCO, PAULA & BARRETO, EDUARDO SÁ. China Town: o “grande salto” para o oriente e seus desdobramentos ambientais. In: *Anais XVI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia de Economia Política*, Uberlândia, 2011.

- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. *China Statistical Yearbook* 2003.
- NATHAN, ANDREW J. & LINK PERRY. *The Tiananmen Papers*. Abacus, London, 2001.
- POSTONE, MOISHE. *Time, Labour and Social Domination. A Reinterpretation of Marx's Critical Theory*. Cambridge University Press, Cambridge, 1993.
- SOLINGER, DOROTHY. *Contesting Citizen in Urban China: Peasant Migrants, the State and the logic of market*, University of California Press, Berkley, 1999.
- WANG FEI-LING. *Organizing through division, China's hukou system*, California, Stanford University Press, 2005a.
- \_\_\_\_\_, Brewing tensions while maintain stabilities: the dual core of the hukou system in contemporary China. *Asian Perspective*, Vol.29, N. 4, pp. 85-124, 2005b.
- WANG HUI. *The end of the revolution*, London, New York, Verso, 2009.
- WEN TIEJUN. Reflections at the turn of the Century on "Rural Issues in three Dimensions". In *China Reflected*, Asian Exchange for New Alternatives (ARENA), Vol.18, n.2 2002/ Vol.19, n.1, Hong Kong, 2003.